

# **POLÍTICAS PÚBLICAS E CURRÍCULO: DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO**

## **RESUMO**

Trata da relação entre o currículo educacional e as políticas públicas no cenário nacional e o regional (especificamente o Estado do Espírito Santo) para o atendimento das necessidades da formação de qualidade dos cidadãos. Para tanto, analisa atos legislativos nos âmbitos nacional e estadual. Utiliza o formato metodológico qualitativo, exploratório, bibliográfico, comparativo. Expressa a compreensão de que as normativas das leis e o currículo são elementares para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça. Porém, as análises demonstram que, mesmo as políticas públicas e o currículo educacional sendo reconhecidos como fundamentais para o desenvolvimento da educação, todos os esforços do setor político e educacional não tem contribuído plenamente para que a educação ofertada seja de qualidade. Nota que há uma necessidade de continuação da busca por informações que colaborem para a compreensão da influência das políticas públicas e a utilidade do currículo na promoção de uma educação relevante para os estudantes.

Palavras chaves: Currículo, Políticas educacionais, Qualidade do ensino.

## **INTRODUÇÃO**

A análise sobre a compreensão das políticas educacionais que dão forma ao currículo aplicado à educação é extremamente atual e relevante. Tal realidade tem tendido para a organização de ações capazes de responder às demandas de ordem educacional, o que converge para o acompanhamento sistemático dos índices de aproveitamento medido por exames internos (SAEB/IDEB) e externos (PISA). O estado do Espírito Santo merece nota no referido contexto, pois tem ocupado as primeiras posições em medições

que aferem a qualidade dos serviços oferecidos. A busca por resultados positivos tem influenciado as políticas educacionais “democratizadoras” visando a disponibilização de um currículo que seja capaz de promover uma formação nos padrões de ensino identificados no contexto hodierno e estruturada para a emancipação plena dos indivíduos. No entanto, os duvidosos resultados “positivos” do melhor estado da federação parecem hipotetizar que as políticas educacionais podem ser classificadas como insuficientes e o currículo limitado para o alcance de processos educacionais eficazes, uma vez que o “bom desempenho” do estado capixaba revela um abismo entre o discurso político sobre a educação e a realidade do serviço disponibilizado à sociedade, fato que motivou a presente reflexão e abriu espaço para a ampliação da pesquisa sobre o tema, tendo como questionamento central “qual o papel dos currículos dos sistemas nacional e regional, bem como a influencia das políticas federal e estadual no (in)sucesso percebido na educação capixaba?”.

Frente à temática proposta, os objetivos estabelecidos foram: *geral* - avaliar os engendramentos legislativos estabelecidos pelos operadores do poder público federal e do Estado do Espírito Santo para a construção de um currículo que atenda as necessidades fundamentais do alunato no contexto interno e externo; *específico* - analisar os dispositivos legais articulados pelos gestores do primeiro setor para o cumprimento dos imperativos educacionais, elencar as proposições das diretrizes educacionais estruturadas pelo governo, identificar as discrepâncias entre construção ideológica da proposta curricular e a efetiva aplicação da mesma. Nos desdobramentos da presente análise a verificação dos resultados se inclinou para o modelo qualitativo, uma vez que se pretendeu compreender as imbrincadas relações políticas, sociais, econômicas e culturais para o tratamento das fontes que abordam as ligações dos modelos políticos para a estruturação das ações no campo da educação. No tocante aos objetivos gerais, a vertente exploratória, pois permite analisar com propriedade as fontes existentes com profunda criticidade. Na coleta de dados o recurso foi a pesquisa bibliográfica. Para tanto, a metodologia comparativa foi de grande valor, uma vez que permitiu a elucidação dos aspectos presentes nos modelos educacionais e políticos.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Na busca de um aprofundamento sobre a problemática da frágil relação entre currículo e políticas públicas foi necessário ampliar os saberes sobre o tema, a partir de conhecimentos já existentes, o que permitiu averiguar a hipótese e os objetivos pensados para a pesquisa. Percebeu-se a complexibilidade na relação de união, mas ao mesmo tempo antagônica, entre currículo e políticas públicas, pois o currículo não pode ser elaborado e aplicado sem passar pelas “mãos da política”. No entanto, nas “mãos da política” o currículo parece ser colocado a serviço de interesses outros que não a oferta de uma educação plural e justa. A elucidação da polêmica passou pela compreensão basilar dos termos<sup>1</sup> currículo e políticas públicas, bem como pela identificação das teorias de base<sup>2</sup> para ambos, além da verificação de autores que são referências na área de “construção curricular”. Para o entendimento do *que é o currículo* foram analisadas contribuições significativas, entre elas a que define o currículo como o “[...] o território demarcado e regrado do conhecimento correspondente aos conteúdos que professores e centros de educação deveriam cobrir [...]” (SACRISTÁN, 2013, p. 17), foi possível perceber, também, que o currículo é um “agente” que cultiva “[...] o discurso teórico crítico sobre a qualidade e propósito da escolarização e da vida humana [...]” (GIROUX, 1997, 26). O currículo cumpre *o seu papel* quando proporcional uma educação plena com toda expressão de equidade expansiva, ideia defendida por Gramsci (1982, p. 117). Além de compreender o *que é* o currículo e o *seu papel*, foi necessário depreender *a serviço de quem* ele está, noção apresentada na assertiva de que o currículo deve servir à estrutura educacional (país, estado e município), indicativo da compreensão e necessidade de uma proposta curricular que emane dos operadores do sistema educacional e se horizontalize para toda a sociedade com o objetivo de auxiliar a “edificação” da cognição da cada cidadão, realidade defendida por Sacristán (2000, p. 22).

A avaliação das estreitas relações entre os dois eixos conceituais foi imprescindível, pois política é o elemento institucionalizado na organização do Estado, tal realidade

---

<sup>1</sup> Definição dos termos - *currículo*: Paulo Freire, Ana Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo; *política*: Aristóteles, Alexis de Tocqueville, François Châtelet.

<sup>2</sup> Teorias de base - Ralph Tyler; John Dawey; John Franklin Bobbit.

perpassa intrinsicamente a estrutura educacional, razão para que análises sejam feitas e refeitas para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem visando o bem comum dos indivíduos (cidadãos) neles inseridos. A referida premissa pode ser desenvolvida observando<sup>3</sup> os posicionamentos institucionais internos e externos e os engendramentos políticos, demonstrados nos dispositivos legislativos nas esferas federal e estadual.

Na tessitura dos arranjos da composição da proposta curricular capixaba e nos arranjos legislativos constituintes da estrutura educacional ofertada aos cidadãos foi possível perceber que há, desde as esferas superiores até às regionais, um “emaranhado” de ordenações legais e uma “superestrutura” na organização curricular que, em tese, foram elaboradas para resultar em uma educação de nível extremamente elevado. Os elementos legislativos e o zelo na construção da proposta curricular parecem ter sido mecanizados para que o processo de ensino e aprendizagem pudesse aproximar os discentes ao que se tem de melhor no âmbito educacional, movimento que resultaria em um desempenho acadêmico “fenomenal”. Todavia, os resultados publicados pelos órgãos responsáveis pelos sistemas de avaliação (MEC e OCDE) parecem “desconstruir” tudo o que existe em matéria de proposta curricular, arrazoados legislativos e atos do poder executivo, mesmo o Espírito Santo sendo classificado como o melhor resultado de aproveitamento das unidades da federação.

## **CONCLUSÕES**

A partir da análise feita sobre a conceituação do currículo e o papel das políticas públicas na composição da “malha educacional” foi possível compreender que os tempos dinâmicos da contemporaneidade têm cobrado uma resposta dos operadores do legislativo e executivo para a apresentação de um currículo que seja eficaz na disseminação dos conteúdos; transformador na execução dos processos educacionais; suficiente para a oferta de uma educação “revolucionária”; consolidador da participação mediadora dos docentes; base para a participação de um educando que seja “ator

---

<sup>3</sup> Instituições internas e externas: OCDE, MEC, INEP, ANPEd, ABdC, SEDU/ES. Legislações/atos normativos: CF, LDB, PNE, ECA, BCN, BNCC, CE, PEE, NCE.

principal” da “cena educacional”, ideia articulada por Becskeházy (2018, p. 1) Todavia, as reflexões feitas com base nos resultados das avaliações nacionais e internacionais são lógicas: “o currículo educacional e as políticas públicas não estão agregando valor substancial à qualidade dos serviços educacionais ofertados aos estudantes capixabas e muito menos aos brasileiros dos demais estados”, pois mesmo que o Espírito Santo figure em uma “melhor condição” entre os demais estados federados, os índices de desempenho da educação brasileira são deficitários, em relação à qualidade esperada e necessária, condição que provoca a ampliação das pesquisas sobre o problema.

## **REFERÊNCIAS**

BECSKEHÁZY, Ilona. **E o PISA? É coisa nossa (...)**. Excelência & Equidade em Educação: Desenvolvimento econômico e justiça social de mãos dadas. Arquivos Mensais: maio \28\UTC 2018. Disponível em: <<https://exequi.com/2018/05/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRAMSCI, ANTONIO. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 1982. p. 117.

SACRISTÁN, José G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SACRISTÁN, José G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.